

**PESQUISA****Depois do “sim” e a violência contra a mulher: Retratos de uma realidade****After the yes and violence against women: Portraits of a reality****Después del sí y la violencia contra las mujeres: Retratos de una realidad**Sergio Ricardo Siani¹, Zamália Alves Feitosa²**RESUMO**

Neste estudo, objetivou-se compreender as causas e os principais impactos da violência doméstica na saúde física e psicológica de mulheres atendidas em Marabá/PA, além de oferecer recomendações para vítimas em situações semelhantes. Trata-se de pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, que utilizou entrevistas semiestruturadas em profundidade com oito mulheres e análise de conteúdo para interpretação dos relatos. Os principais resultados evidenciam que a violência ocorre predominantemente no âmbito doméstico e assume diferentes formas – física, psicológica e simbólica –, destacando a eficácia das medidas protetivas e a importância das redes de apoio intersetoriais. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas integradas e a ampliação de serviços especializados são essenciais para prevenir e enfrentar a violência contra a mulher, pautando-se nos novos aspectos referentes ao contexto regional e às recomendações das próprias entrevistadas.

Palavras-chave: violência doméstica; medidas protetivas; análise de conteúdo; redes de apoio; saúde da mulher.

ABSTRACT

This study aimed to understand the causes and primary impacts of domestic violence on the physical and psychological health of women served in Marabá, Brazil, and to propose recommendations for victims in similar situations. It is an applied qualitative research that employed semi structured in depth interviews with eight women and content analysis for interpreting their testimonies. Key findings reveal that violence predominantly occurs within the domestic sphere in its physical, psychological and symbolic forms, highlighting the effectiveness of protective measures and the importance of integrated support networks. It concludes that strengthening public policies and expanding specialized services are essential to prevent and address violence against women, emphasizing novel regional insights and victims' recommendations, and underscores novel aspects related to regional context and operational challenges in local support services.

Keywords: domestic violence; protective measures; content analysis; support networks; women's health.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender las causas y los principales impactos de la violencia doméstica en la salud física y psicológica de mujeres atendidas en Marabá, Brasil, así como proponer recomendaciones para víctimas en situaciones similares. Se trata de una investigación aplicada de enfoque cualitativo, que empleó entrevistas semiestruturadas en profundidad con ocho mujeres y análisis de contenido para interpretar sus testimonios. Los resultados clave revelan que la violencia ocurre predominantemente en el ámbito doméstico en sus formas física, psicológica y simbólica, destacando la eficacia de las medidas de protección y la importancia de redes de apoyo integradas. Se concluye que el fortalecimiento de políticas públicas y la ampliación de servicios especializados son esenciales para prevenir y abordar la violencia contra la mujer, resaltando aspectos novedosos del contexto regional y los desafíos operativos.

Palabras-clave: violencia doméstica; medidas de protección; análisis de contenido; redes de apoyo; salud de la mujer.

¹Docente da faculdade de administração da Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós Graduação em Administração pública - Profiap, Rondon do Pará, Pará, Brasil. E-mail: sergiosiani@gmail.com

²Bacharel em Saúde Coletiva, pela Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Gestora pedagógica da Uniasselvi - Centro Universitário Leonardo da Vinci, Marabá, Estado do Pará, Brasil. E-mail: alveszamalia1207@gmail.com

INTRODUÇÃO

A análise histórica revela, lamentavelmente, que a mulher sempre teve um papel de subordinação, assim para abordar essa temática necessitamos fazer um breve resgate histórico sobre a mulher na sociedade, e é de suma importância ressaltar que desde antes do início do movimento feminista mundial, o qual ganhou força e começou a gerar frutos no Brasil a partir de 1980 (Brasil, 2006), a mulher era um ser visto sem vez nem voz na sociedade, na qual não tinha um lugar próprio de ocupação, considerada frágil e incapaz de realizar simples atividades, tais como: ser escritora e ter o direito de lançar seu livro sem a precisar usar da influência do marido para tal ação, como destacou Simone de Beauvoir, no seu livro *O segundo sexo*, publicado em 1949 (Beauvoir, 1908-1986).

No árduo percurso pela luta por direitos fundamentais, apenas várias décadas depois, fruto de movimentos sociais organizados surgiram as conquistas, e uma delas, se não a mais importante, foi a Lei 11.340/2006, conhecida popularmente por Lei Maria da Penha, a qual é responsável pela implantação de mecanismos que previnam, punam e até mesmo sejam capazes de eliminar a violência doméstica e familiar (Senado, 2020).

Dada a complexidade e a multifacetada natureza desse panorama, a violência contra a mulher configura-se como uma temática amplamente investigada, com estudos que se originaram predominantemente nas Ciências Humanas e Sociais, e que sistematicamente identificam suas principais manifestações como violência sexual, violência familiar ou doméstica, assédio moral e Feminicídio (Jesus, 2010). Contudo, é crucial ressaltar que os crimes que envolvem homicídios ou tentativas de homicídios, por sua gravidade e especificidade, não estavam originalmente incluídos de forma plena nesta lei específica, o que aponta para a necessidade de legislações complementares.

Depois do “sim” e a violência contra a mulher...

Conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Atlas da violência contra a mulher (Ipea, 2023) em 2021, 3.858 mulheres foram brutalmente assassinadas no Brasil. Este número equivale a mais de 10 mortes por dia, sendo as mulheres um dos maiores grupos de vítimas da violência diária no país.

Nesse sentido, Blay (2014) explica que a violência contra a mulher pode acontecer em diversos lugares, como: no trabalho, em casa, na rua ou no lazer e compreende diversos autores, geralmente vêm de pessoas próximas, como: os companheiros, os namorados, os maridos atuais ou os ex-companheiros, ex-namorados e ex-maridos. Vale ressaltar que a violência pode ser praticada em diversos lugares, entretanto, na maioria dos casos, ocorre em ambiente doméstico, no âmbito dos seus lares (De Freitas, 2019; Brasil, 2011).

A violência contra a mulher fora considerada um problema de saúde pública, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1993, em decorrência de seus efeitos maléficos na vida da mulher agredida, no seu contexto familiar e de toda a comunidade em que vive. Sendo assim, este tipo de violência é conceituado como quaisquer atos, cometido contra a mulher, que resulte em agressões, sofrimento físico, sexual ou mental ou a que leve a óbito, podendo ocorrer de maneira privada ou pública (Brasil, 2006). Dito isso, a desigualdade de gênero recebe destaque como um dos principais fatores que propiciam o surgimento da violência, há também fatores históricos envolvidos, mais precisamente no período colonial, onde já se ouviam histórias referentes a violência dentro do matrimônio, além do fato das mulheres empobrecidas terem que servir as suas patroas (Cavalcanti, 2020).

A violência configura-se como um fenômeno que acontece independentemente da classe social, orientação sexual, raça, escolaridade, religião, estado civil ou região em que a mulher reside, impactando a vida da vítima drasticamente (De Freitas, 2019). Neste

Siani, Sérgio R.; Feitosa, Zamália A. (2025) contexto, a temática “violência contra as mulheres” foi e continua sendo estudada pelos pesquisadores de diferentes áreas, iniciando-se nas Ciências humanas e sociais, a qual possui quatro tipos de maior predominância, sendo eles: Violência sexual, violência familiar ou doméstica, assédio moral e o Femicídio (Jesus, 2010).

Mas um marco histórico, é a história de Maria da Penha, que repercutiu em todo o país e hoje é considerada o marco inicial da luta contra violência doméstica no Brasil. Relembrando, ela se tornou paraplégica em razão de um tiro disparado pelo seu companheiro, contudo, antes que isso acontecesse, a mesma já havia sido agredida inúmeras vezes, o que demonstra que a violência nos concede sinais antes de sua ocorrência, através de hematomas, discussões em públicos, palavras ofensivas, entre outros (Senado, 2021).

Merecidamente seu nome foi colocado na Lei nº 11.340, de 2006, batizada de Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que completou 15 anos em agosto de 2021, cujo objetivo é o enfrentamento de todos os tipos de violência contra a mulher, sendo elas: violência sexual, física, psicológica, moral ou patrimonial. Segundo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNIFEM) esta lei se sobressai por ser uma lei nacionalmente aceita pela população, além de ser consagrada por suas conquistas (Unifem, 2021).

Desta feita, o presente trabalho objetivou compreender as causas deste fenômeno e seus principais impactos na saúde física e psicológica das mulheres participantes, através de seus relatos. Como objetivo específico esta pesquisa pretendeu fornecer recomendações para mulheres que passam por situação de violência doméstica semelhantes com as das entrevistadas.

Ainda, esse estudo se justifica, mediante a premissa de que a violência contra a mulher é um problema tanto de saúde pública quanto social que necessita ser pesquisado, afim de que seja compreendido, para que, a partir dos novos conhecimentos e esclarecimentos adquiridos

Depois do “sim” e a violência contra a mulher... sejam formuladas melhores alternativas de enfrentamento (Sousa; Santos; Antonietti, 2021).

Não só isso, mais também pela necessidade de minimizar ao máximo possível o número de novos casos de violência contra a mulher e prestar um tratamento de qualidade as vítimas, é preciso realizar novos estudos no Brasil, objetivando encontrar novas estratégias de abordagem em Saúde Coletiva, que sejam implementados por equipes de saúde multidisciplinares (Sousa; Santos; Antonietti, 2021).

MÉTODO

A pesquisa realizada é de natureza aplicada, visto que possui como propósito a aplicação prática dos resultados do estudo, gerando soluções para determinados entraves, compreende verdades e os interesses da população local (Gerhardt; Silveira, 2009).

No que se refere a abordagem da pesquisa, será qualitativa, uma vez que este tipo de estudo se caracteriza pela oposição de ter somente um modelo de pesquisa válido para todas as áreas de estudo, como as ciências sociais que devido seus conteúdos específicos, necessitam ter sua própria metodologia. Ademais, a pesquisa qualitativa é voltada para a investigação de diferentes fenômenos sociais, como grupos e organizações, buscando compreendê-los o máximo possível. Assim, o método de pesquisa positivista, em virtude da impossibilidade do pesquisador se envolver diretamente com o estudo, isto é, expor seu parecer de modo antecipado ou impor suas crenças, valores e preconceitos, é rejeitado pelos pesquisadores qualitativos, em especial, quando o objeto de pesquisa é a vida social (Goldenberg, 1997).

A pesquisa conta com entrevistas em profundidade semiestruturadas como meio de coleta dos dados. Este tipo de entrevista individual em profundidade trata-se de um

método qualitativo que investiga o participante do estudo de maneira estruturada a procura, principalmente, das percepções e experiências do entrevistado e da intensidade nas repostas (Duarte, 2005).

Quanto ao tamanho da amostra, nesta pesquisa pretende-se entrevistar mulheres que de alguma forma sofreram algum tipo de violência, seja física, psicológica ou simbólica. Assim, serão aceitas na pesquisa mulheres maiores (ou seus responsáveis) de idade que sofreram algum tipo de violência doméstica. A expectativa é que com a experiência delas sirva de exemplo para entendermos como isso se dá, e sirva de subsídio para a criação de novas políticas públicas para a segurança feminina.

Essas mulheres foram contatadas na Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (CRAM) para Mulheres da cidade de Marabá (Entidade do Governo do estado do Pará) que trabalha com mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Os nomes de batismo foram substituídos por apelidos e suas identidades não foram e não serão reveladas.

A amostra utilizada foi do tipo intencional por critério, uma modalidade de amostragem não probabilística amplamente empregada em pesquisas qualitativas. Esse tipo de amostragem permite selecionar participantes que apresentam características diretamente relacionadas ao fenômeno investigado, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da realidade estudada (Minayo, 2012). No presente estudo, foram selecionadas oito mulheres atendidas em Marabá/PA, que vivenciaram situações de violência doméstica, com base em sua disponibilidade, vivência pessoal e disposição para compartilhar suas experiências. Essa estratégia se justifica pelo objetivo de compreender os significados atribuídos pelas participantes à violência sofrida, dentro de seus contextos sociais, culturais e institucionais, conforme Quadro I.

Depois do “sim” e a violência contra a mulher...

Quadro I - Perfil das mulheres entrevistadas

Apelido	Tempo convívio	Como conheceu o companheiro	Quantidade de filhos	Escolaridade	Ocupação	Religião
Viviane	18 anos	Atrás do meu irmão	1 filho	Ensino médio completo	Optou por não responder	Católica
Fernanda	Mais de 8 anos	Apresentação de colegas	2 filhos	Mestrado	Estudante	Evangélica
Luiza (informações concedidas por responsáveis legal)	11 anos	No ambiente de trabalho	06 filhos, mas de outro casamento	Ensino médio	Funcionária pública	Evangélica
Rosa	Um ano e quatro meses	Na igreja	4 (nenhum é do agressor)	Ensino fundamental completo	Servidora pública contratada	Nenhuma
Thaís	13 anos	Em uma viagem de trem vindo para Marabá	0 filhos	Ensino médio	Fotógrafa	Católica
Francisca	16 anos	No trabalho em frente a minha casa	4 filhos	Analfabeta	Do lar	Evangélica
Aline	1 ano	Através de um colega	2 filhos	Tecnóloga em estética	Consultora de cosméticos	Cristã
Sara	2 anos	Na infância	3 filhos	Ensino médio completo	Do lar	Sem religião no momento

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa foram analisados e interpretados através da técnica de análise de conteúdo. Conforme Mozzato e Grzybovski (2011) esta metodologia concede ao pesquisador a possibilidade de analisar as informações de maneira flexível, reflexiva e ou mesmo tempo crítica e ainda possui a vantagem de levar em conta o contexto e a história envolvidas no estudo. Acrescenta-se que este tipo de análise é considerado de suma importância em pesquisas com abordagem qualitativa, como na área das ciências sociais e aplicadas pois possui ampla capacidade de desenvolver-se teoricamente.

A análise de conteúdo é uma técnica de interpretação de dados, que para ser realizada requer alguns requisitos básicos do pesquisador, como: tempo disponível, criatividade, um bom potencial intuitivo, em especial, no momento de decidir quais serão as categorias de análise (Mozzato; Grzybovski, 2011).

Silva e Fossá (2015) evidenciam que a análise de conteúdo possui etapas definidas que devem ser seguidas, são elas:

- 1) Leitura completa das informações recolhidas;
- 2) Codificação para elaboração das categorias de análise, que deve ser feita com base no referencial teórico e nas anotações advindas da leitura completa dos dados;
- 3) O material deve ser separado em partes, isto é, em unidades de registro que possam ser comparadas e tenham conteúdo iguais;
- 4) O estabelecimento de nomes distintos para cada categoria vai contribuir para que os dados, ainda brutos sejam organizados, lembrando que ao elaborar estas categorias alguns princípios devem considerados, tais como: exclusão mútua, homogeneidade, permanência das informações passadas ao longo das categorias;
- 5) As unidades de registro devem ser agrupadas em categorias gerais;
- 6) Ordem progressivas das categorias;
- 7) A interpretação e conclusões devem ser feitas baseadas no referencial teórico.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Violência contra a mulher

As mulheres participantes do estudo foram contatadas através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres da cidade de Marabá, em parceria com o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Quanto a isso, vale a pena explicar inicialmente que:

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres é um Órgão de Políticas Públicas para Mulheres do município de Marabá, localizada na Folha 32, quadra 18, lote 07, no núcleo da Nova Marabá. Possui o objetivo de assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações programas e projetos voltados a mulher.

Quanto ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) trata-se de um DOI 10.29327/2393773.1.18-1

Rev. Interd. v.18, n.º 1, 2025.

Depois do “sim” e a violência contra a mulher... órgão do poder público municipal, que é responsável pelo atendimento de mulheres vítimas de violência, iniciando com atendimento psicossocial e depois encaminhando essas mulheres para toda rede de proteção.

Esses dois órgãos juntos formam uma rede de apoio e proteção as mulheres de Marabá, juntamente com outras entidades, à saber: Fundação Parápaz, Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEAM), Patrulha Maria da Penha, Conselho Municipal do Direito da Mulher (Comdim). Não podemos deixar de citar também os movimentos sociais, os quais travam uma luta diária com a finalidade de apoiar as mulheres em situação de violência e reduzir os casos de feminicídio no município. Essas e mais informações podem ser visualizadas através do site da prefeitura de marabá (maraba.pa.gov.br).

Dando continuidade, as mulheres participantes do estudo foram mulheres que recebem atendimento e apoio psicológico realizado pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres da cidade de Marabá e pelo CRAM. Assim, algumas mulheres foram entrevistadas via WhatsApp e outras presencialmente, em uma mesa redonda que ocorreu em agosto de 2023, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, conhecido como agosto lilás. No qual foi explicado toda a pesquisa, ou seja, os objetivos, o desenvolvimento, bem como foi colhida as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após isso as entrevistas foram realizadas e transcritas para seguir para a análise dos dados coletados. Os relatos das mulheres foram muito emocionantes, uma vez que, todas elas passaram por várias situações de violência física e psicológica.

A primeira pergunta, foi o que levou você a procurar atendimento num órgão especializado. Fernanda relatou que “Eu nem identificava que eu era vítima. Foi no CRAS que me encaminharam para o CRAM. Eu havia ido ao CRAS procurar ajuda para fazer o CadÚnico e pedir um atendimento psicológico”. Francisca

recorda que “O tratamento em casa, no caso tratava mal, e me forçava relação sexual. Já, Thais explicou o que acontecia com ela:

Ele me xingava, falava que eu não era nada, q nenhum homem nunca ia me querer porque eu tinha o corpo todo mutilado, só ele! Me traía sempre e ainda falava para as amantes que eu era doente em estado terminal, rasgava minhas roupas. Uma vez tocou fogo em roupa minha, me expulsou de casa com minha filha de madrugada e fomos dormir em um hotel, no outro dia veio pedindo perdão se ajoelhou, chorou.

O Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres e, por meio da Lei Maria da Penha e da Constituição Federal de 1988, planeja tomar medidas em direção à unidade nacional do Pacto nacional, concluindo um acordo federal entre os governos federal, estadual e local. O combate a violência contra as mulheres através da implementação de políticas públicas integradas em todo o país. Entre as diversas atividades do Pacto Nacional está a formação de agências de aplicação da lei, pessoal de segurança pública e redes de serviços para mulheres para garantir a utilização adequada e eficaz das leis (Lazzari *et al.*, 2020).

Uma rede de serviços refere-se a um conjunto de atividades e serviços relacionados com o apoio social, justiça, segurança pública e saúde, destinados a desenvolver e melhorar a qualidade dos cuidados. Isto se aplica à identificação e encaminhamento adequados de mulheres em situação de violência, bem como a equipamentos de atendimento e humanismo. Refere-se à Secretaria de Políticas das Mulheres (SPM), por decreto de 25 de junho de 2012, Decreto 7765, em seu artigo 7 capacita o Secretariado para combater a violência contra as mulheres, combinando atividades e serviços de diferentes setores visando o desenvolvimento e a melhoria na qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência (Lazzari *et al.*, 2020).

Depois do “sim” e a violência contra a mulher...

Na sequência, foi pedido as entrevistas para explicarem como era o relacionamento em casa com o agressor. Luiza conta que:

No final do relacionamento eu já estava vivendo momentos conturbados, episódios de brigas, difamações, nas quais as crianças presenciaram, um ciúme sem lógica, uma cobrança sem fim, até o meu respirar o irritava. Isso foi me desgastando, mas eu quis manter meu relacionamento. Que relacionamento? Sendo que só eu me doava, só eu queria, ele espalhava e eu juntava.

Rosa, recorda que:

Horrível. Me controlava em tudo, todo dia era uma briga, rasgava minhas roupas me empurrava e me dava tapa. Não deixava eu sair sozinha nem pro trabalho. Me obrigava a fazer sexo com ele. Rasgava minha roupa do meu corpo na frente dos meus filhos. Quebrava meu celular toda vez que eu tentava pedir ajuda.

Thais, também lembra de momentos:

No começo era bonzinho, falava em amor todo tempo, tudo estava bom, depois foi ficando tenso, tinha que andar pisando em ovos, sempre com cuidado para ele não ficar irritado, pois se chateava com tudo e com nada, qualquer coisa era motivo de briga, proibia até de eu ir dormir na casa da minha mãe, não gostava que minhas amigas fossem na nossa casa, minha filha passava mais tempo trancada no quarto, pois já não gostava de ficar perto de nós, ela não gostava de ver ele brigando comigo e me chamando doida, e o pior que eu cheguei a pensar que eu realmente estava ficando doida, busquei ajuda da psicóloga para ter certeza se eu tinha algum problema, comecei as terapias escondida, não falei para ele.

Da mesma forma Francisca relata “ele agredia, e depois pedia perdão, quando eu estava doente ele não cuidava de mim”, Aline “ muitas conturbações, mentiras, traições, violência psicológica e verbal e por último física”, e Sara “Era terrível, todos os dias tinha brigas, poucas vezes tinha carinho pela parte dele”.

Os direitos humanos surgem como defesa às relações de desigualdade. Afetando gravemente a saúde da vítima e a produtividade econômica levanta esta questão (da desigualdade) e é um tema amplamente discutido relacionado à saúde, sendo pesquisado em todo o mundo desde o final dos anos 1980. Sabe-se que as mulheres que vivenciam a violência sofrem

Siani, Sérgio R.; Feitosa, Zamália A. (2025) mais problemas de saúde de diferentes dimensões e complexidade, desde lesões físicas até aspectos psicoemocionais, depressão e suicídio (Ferreira *et al.*, 2020). Começou na década de 1980 a exigir serviços e atividades que procurem abordar a violência contra as mulheres, procurando parcerias e pressionando o Estado para resolverem este problema social (Lazzari *et al.*, 2020).

Na sequência das entrevistas, buscou-se saber quanto tempo as entrevistadas sofriam tais violências. Viviane respondeu "prefiro não falar", Fernanda "Por mais de 2 anos. Desde 2020 até janeiro de 2023", Luiza "Aconteceu há um ano atrás", Rosa "Passei 1 ano e 4 meses com o agressor" e completou "Pessoalmente ele parou há exatos 5 meses, mais vive a me caluniar". Thais recorda "Foram durante os 10 anos", e Francisca "cerca de oito anos", Aline e Sara ficaram um ano cada uma com seus respectivos agressores.

Foi pedido que as entrevistas descrevem o local onde a violência acontecia. Viviane explicou que acontecia tanto em sua casa como na rua. Já Fernanda desabafou:

Eu vim morar numa casa onde não tem reboco, não tem é piso só pra você entender o contexto. E é uma casa muito grande, são 12 cômodos, são três banheiros, um jardim de inverno, uma, duas salas, né? Uma cozinha, três quartos, sendo que um quarto ainda tem cômodo que é tipo um quarto dentro de um quarto. E aí nossa briga era porque ele queria que eu dessa conta da casa, uma casa que não tem nem estrutura física pra ser limpa todos os dias, e aí foi a primeira agressão física, e a discussão iniciava, ele sempre falando que eu não gostava de fazer nada dentro de casa uma preguiçosa eu não dava conta de nada, eu não era mulher pra casar, enfim esse tipo de coisa né bem machista. Aí foi a primeira agressão física.

Luiza, explica que acontecia em sua residência, já Rosa lembra que também acontecia dentro de casa e "Uma vez ele queria me obriga a tomar banho com ele e me trancou no quarto, e não deixava eu sair, toda vez que eu tentava ele me puxava pelo cabelo me dava tapa e eu caia na

Depois do "sim" e a violência contra a mulher... cama". Thais, Francisca, Aline e Sara relatam que a violência sempre acontecia dentro de casa

As respostas batem com os dados do IPEA (2020):

Em relação ao local de agressão e à relação da vítima com o agressor, as especificidades da violência contra as mulheres ficam evidenciadas. Entre as mulheres que sofreram agressão física em 2009, 43% (465.985) estavam em sua residência na ocasião; no caso dos homens, apenas 12,3% (177.634) estavam na própria residência. Ainda 48,9% (529.298) das mulheres foram agredidas em local público e 6,3% (68.129) na residência de terceiros. No caso das mulheres brancas, 41,7% (197.758) das agressões ocorreram na residência e 51,6% (244.864) em local público; entre as mulheres negras, 44,1% (268.277) das agressões ocorreram na residência e 46,7% (284.434) em local público (ENGEL, 2020, p. 171)

Quando questionadas sobre as medidas que elas procuraram para conter o agressor, Viviane explicou que foi "ajuda no Crea", já Fernanda "Primeira medida foi procurar o médico, depois o Cras e por último o Cram", Luiza "Como disse antes eu não sabia de nada, foi minha filha que denunciou e ele foi preso".

Thais, relata que foi orientada a recolher provas como fotos e vídeos do pedir uma medida restritiva, e foi o que ela fez "o escrivão me ouviu olhou os vídeos e enfim saiu a medida protetiva", mas ela lamenta que "todos os dias vou trabalhar tensa porque meu trabalho é do lado da casa que meu ex cônjuge mora, há apenas 30 metros, e a medida protetiva é de 50 metros" e destaca que "tem dias que ele passa umas 20 vezes na porta, porque a rua é sem saída".

Aline disse que não fez nada porque tinha muito medo, já Francisca e Sara também recorreram a medidas protetivas.

Quando perguntadas que medidas eram mais eficazes, parece que a medida protetiva foi a mais eficiente. Ainda, outras medidas tiveram alguma eficiência, como o caso da Fernanda, que foi bem atendida no CRAS e no CRAM. Já Luiza lembra que o bem atendida também pelo

Ministério Público e na sequencia por psicóloga. Rosa relata que seu marido descumpriu a medida protetiva. Thais relata que como foi importante para ela a ronda policial, e Aline buscou refúgio em vídeos no Youtube que ensinam como a mulher deve se proteger do agressor. Todas relatam a necessidade de se afastar do agressor como medida mais importante.

Essa informação que a medida protetiva é realmente importante, bate com os dados do Núcleo Judiciário da Mulher (NJM):

O (a) s Juíze (a) s coordenadores do NJM afirmam que as medidas protetivas são eficientes para o enfrentamento da violência contra as mulheres e resguardo da segurança da vítima. Os números evidenciam isso. Em todo o ano de 2022, foram concedidas 11.985 medidas protetivas com o objetivo de manter os agressores longe das ofendidas e romperem o ciclo de violência. Até maio deste ano (2023), já foram concedidas 6.299 medidas pelo TJDF (2024).

Por fim, foi perguntado a eles, que recomendações elas dariam para pessoas que passam pela mesma situação delas. Buscar ajuda apareceu em todas respostas. Foi exatamente o que respondeu Viviane de forma enfática “ Busque ajuda! ”. Já Fernanda contou o que ela faria diferente se pudesse voltar no tempo:

E se por um acaso eu pudesse voltar no tempo. Eu gostaria de dizer pra mim mesmo que eu não sou culpada de nada, que na verdade eu que sou a vítima e a melhor escolha que eu posso fazer por mim é me escolher, e não desistir não somente dos estudos, mas não desistir de mim.

E pra uma pessoa que estiver passando pela mesma situação que a minha que quando um homem começar a colocar um monte de defeito em cima dela, não é sobre você, jamais. É tudo sobre ele. Nada sobre você. Você não tem culpa dele ter esse perfil, né? Perfil narcisista, isso não é sobre você, é sobre ele. Então não vai se culpar por conta disso. E sobre escolhas, né? Todos os dias. Porque homem não é um futuro assim certo sabe? Não é um investimento que você vai fazer ali e você vai ter um retorno, ele pode simplesmente acordar uma um belo dia e sair de casa, sem nem antes te avisar.

Então nos primeiros sinais que ele demonstrar de não ser um bom marido de te privar do teu relacionamento com outras pessoas, do teu convívio com a tua família, não veja isso como uma proteção da parte dele, isso não é demonstração de

Depois do “sim” e a violência contra a mulher...

amor, esse ciúme não é saudável, eu pensava que ele estava preocupado comigo. Não pense dessa forma jamais, o que ele quer é simplesmente controlar os seus passos e te deixar vulnerável ao ponto de você entender que você é culpada de tudo. Então não se confunda né? E não ouça o que ele diz né? Porque meu esposo no início do relacionamento quantas e quantas e quantas por isso que eu tenho essa indignação comigo sabe? Eu peço muito pro Senhor (Deus) que eu ver a justiça de Deus porque ele dizia... ah nós não vamos nos separar nós vamos viver até ficar velho.

Ainda responderia mais. É de dizer que os primeiros sinais (de violência) que apareceram não pense vai mudar para melhor. Não, isso não vai acontecer, vai mudar é pra pior. Pode ter certeza porque naquela época em dois mil e vinte e um se eu tivesse me separado somente quando ele tirou minhas coisas de casa, de dentro de casa não, perdão, de dentro do quarto, estaria até tudo ok e agora que ele me tirou de dentro de casa, então assim não pense que (com o tempo) as coisas vão mudar pra melhor e que se acabar vai ser melhor do que está acontecendo, não só tende a piorar então seja precavida.

E também não se limite de buscar ajuda. Busque ajuda profissional principalmente pra você se entender. Porque eu acho que a maior questão é a gente se ver como vítima. Me identificar como vítima né? Porque quando você se identifica como vítima que você tem a capacidade de correr atrás dos seus direitos, daquilo que você sentiu que foi lesada. Antes disso você não tem como correr atrás de algo, já que você não se vê dessa forma.

Luzia, foca no início dos relacionamentos, e alerta as mulheres “Que sejam mais seletivos em seus relacionamentos” e continua “procurem ser bastante vigilante com seus companheiros; toda atenção dentro do lar, principalmente muito diálogo e amor com os filhos para garantir total confiança dos mesmos. ”

Rosa alerta “Procure a polícia, denuncie, se não resolverem, vá até um fórum, bata na sala de um juiz se for preciso, mais não fique esperando a morte! ” Thais também enxerga da mesma maneira “Eu diria que no primeiro sinal de manipulação, violência psicológica e xingamentos, denuncie, se separe, busque ajuda o mais rápido possível ” e Sara completa “ Não se cale nunca, denuncie, conte para todos os amigos e famílias”, e Francisca conclui “que deem um basta na situação! ”.

CONCLUSÃO

Resgatando o objetivo desse trabalho que foi compreender as causas da violência contra a mulher e seus principais impactos na saúde física e psicológica das mulheres participantes, através de seus relatos. Como objetivo específico esta pesquisa pretendeu fornecer recomendações para mulheres que passam por situação de violência doméstica semelhantes com as das entrevistadas.

Durante muitos anos, a violência doméstica foi considerada um assunto privado, como evidencia a expressão popular “não intervir nas brigas entre maridos e mulheres”, mas após um longo período de luta, a violência doméstica deixou de ser um assunto privado e tornou-se um problema público e principalmente político.

A Lei Maria da Penha e a Constituição Federal de 1988 são citadas como importantes instrumentos legais que reconhecem a responsabilidade do Estado em prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Conforme mencionado no texto, o Pacto Nacional visa implementar uma política nacional unificada em todo o país. Os relatos dos entrevistados demonstram a importância de salvaguardar, partilhando as suas experiências de lidar com a violência doméstica, enfatizando a eficácia destas medidas juntamente com pedidos de ajuda.

As recomendações finais feitas pelas entrevistadas enfatizam a necessidade de não ficarem caladas diante da violência, mas de buscar ajuda, denunciar, denunciar à polícia e, principalmente, acabar com a situação. Este artigo buscou apresentar uma visão bem abrangente da questão da violência contra a mulher, e mostrou não apenas os aspectos legais, mas também as experiências e recomendações das próprias mulheres que enfrentam esta situação. Espera-se com isso que tenha este trabalho tenha oferecido insights valiosos para as mulheres que enfrentam situações semelhantes.

DOI 10.29327/2393773.1.18-1

Rev. Interd. v.18, n.º 1, 2025.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Nos 15 anos da Lei Maria da Penha combate à violência ainda exige avanços. **Senado notícias**. Brasília, 06 de agosto. 2021. Disponível em: Acesso em: 16 de agosto. 2021.

AGUIAR, G. A.; ROSO, P. L. **O empoderamento de mulheres vítimas de violência através do serviço de acolhimento psicológico: caminhos possíveis**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres** [Internet]. 2011 [acessado 2023 out 15]. Disponível em: [*politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres \(senado.leg.br\)](http://politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/senado.leg.br).

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos**. Disponível em [L13104 \(planalto.gov.br\)](http://L13104.planalto.gov.br). Acesso em 18/10/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações programáticas estratégicas**. Área técnica de saúde da mulher. Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra mulheres e adolescentes: Norma técnica. Brasília: Ministério da saúde, 1999.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado. In: BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CAVALCANTI, Gisélia de Moura Bezerra *et al.* Violence against women in the single health system. **Revista de pesquisa: cuidado é fundamental online**, v. 12, p. 146-154, 2020.

Costa MC, Lopes MJM, Soares JSF. **Violence Against rural women: gender and health actions**. Esc Anna Nery 2015; 19:162-168.2.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução magda

Siani, Sérgio R.; Feitosa, Zamália A. (2025) lopes. - 3 ed. - PORTO ALEGRE: ARTMED, 296 páginas, 2010.
DE FREITAS, Camila Guarini; DA SILVA, Roberta Barbosa. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. *Revista Mosaico*, v. 10, n. 1, 2019.

Duarte, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas 1, 62-83, 2005.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. 2020.

FERREIRA, Patrícia Chatalov et al. Caracterização dos casos de violência contra mulheres. *Rev. enferm. UFPE on line*, p. [1-6], 2020.

FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G., LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2),307-314, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **14º Anuário da Segurança Pública**. São Paulo: FBSP; 2020.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IPEA. **Atlas da Violência contra a mulher**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>. Acessado em 23 de dezembro de 2023.

JESUS D. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva, 2010.

JESUS, G. R. DE . *et al.* Assistance to Victims of Sexual Violence in a Referral Service: A 10-Year Experience. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria*, v. 44, n. 1, p. 47-54, jan. 2022.

LAZZARI, Kellen Cristina Varisco *et al.* Violência de gênero e direito das mulheres no Brasil. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, v. 8, n. 3, p. 221-234, 2020.

MELO, C. M. DE .; SOARES, M. Q.; BEVILACQUA, P. D.. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 9, p. 3715-3728, set. 2022.

Depois do “sim” e a violência contra a mulher...
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
MONTEIRO, C.F.S.; SOUZA, I.E.O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. Ver. **Texto e Contexto enfermagem**; Vol. 16. n.1. 2007. p. 26-31. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a03v16n1>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios**. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MORGADO, R. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In: BRANDÃO, E. P; GONÇALVES, H. S. (Org.) **Psicologia Jurídica no Brasil**, 2ª ed., Rio de Janeiro: NAU, 2005. p. 309-339.

OLGA, Think. **Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher**. Editora Companhia das Letras, 2014.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. Genebra: OMS; 2014.

PIOSIADLO, L. C. M., FONSECA, R. M. G. S. Gender subordination in the vulnerability of women to domestic violence. *Investigación y Educación em Enfermería*, 34(2), 262-270, 2016. doi:10.17533/udea.iee.v34n2a05

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. *Qualitas Revista Eletrônica*, [S.l.], v. 16, n. 1, may 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: <
<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 20 aug. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.2113>.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, v.11(21). 2007. p. 93-103. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009>. Acesso em: 29 out. 2023.

Silva LEL, Oliveira LC. **Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012**. *Epidemiol Serv Saude* 2016; 25(2):1-2.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3),556-571; 2010.

SOUZA, Ildenir Nascimento; SANTOS, Fernanda Campos dos; ANTONIETTI, Camila Cristine.

Siani, Sérgio R.; Feitosa, Zamália A. (2025)
Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 10, n. 1, p. 51-60, 2021.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 20(2), 71-99, 1995. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Violência contra as mulheres: números reforçam a efetividade das medidas protetivas de urgência**. Disponível em <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2023/junho/violencia-contra-as-mulheres-numeros-reforcam-a-efetividade-das-medidas-protetivas-de-urgencia>>. Acessado em 11 de janeiro de 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.